Tribunal de Contas da União

TCU / ACE II

Concurso Público

CARGO 1:

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
Área de Apoio Técnico e Administrativo
Especialidade: Biblioteconomia

Caderno de
Prova Objetiva

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 14/5/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **duzentos** itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de **1** a **200**.

2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.

3 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.

4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.

5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.

6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.

7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.

8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

I **16/5/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcuaceII2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.

II **17** a **19/5/2005** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcuaceII2005.

III **15/6/2005** – Resultados final da prova objetiva e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.

IV **16** a **18/6/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.

V **6/7/2005** – Resultados finais da prova discursiva e do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 – TCU/ACE II, de 4/3/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1** a **200** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

PARTE I

Texto I – itens de 1 a 8 e de 15 a 17

Quem são esses senhores

Para entender os senhores de Davos, temos de recorrer à história da filosofia e ao filósofo Pitágoras, o homem que, primeiro, conseguiu esta proeza extraordinária do pensamento humano: dissociou o número da coisa numerada.

Antes de Pitágoras, era necessário que duas vacas e dois bois se apresentassem diante do comerciante para que ele pudesse concluir que duas vacas mais dois bois perfaziam um total de quatro animais. Se vacas e bois, cansados de ser contados, resolvessem pastar no campo, as aritméticas dos comerciantes desmaiariam.

Pitágoras veio e disse: "Façamos abstração dos números, pensemos números abstratamente." O filósofo separou os números das vacas numeradas e deu certo: as contas podiam ser feitas, mesmo na ausência dos animais, pouco dispostos. Foi um extraordinário avanço para o ser humano...e para as vacas, que puderam pastar em paz.

Hoje, neste mesmo instante em que estamos aqui reunidos discutindo os malefícios da globalização, o que estarão fazendo os Senhores de Davos? Estão fazendo exatamente o contrário de Pitágoras — estão reificando, coisificando os números... e fazendo abstração dos seres humanos.

Os Senhores de Davos pensam no lucro abstrato e esquecem a fome concreta. Os números passam a ser o sujeito da História: alíquotas, juros, índices Dow Jones e Nasdaq, dividendos... Não a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e o lazer, porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas.

Essa visão de Economia Abstrata opera tremenda divisão da Humanidade, que se torna tríade: a Primeira Humanidade, que controla o Deus-Mercado, verdadeira senhora do mundo; a Segunda Humanidade, que, a qualquer título, está dentro do Mercado; e a Terceira Humanidade, descartável, inútil, encontre-se ela nos extremos da África ou no ventre dos Estados Unidos.

Não quero parodiar filósofos, não quero imitar Descartes, mas creio que hoje devemos dizer: "Eu estou no mercado, logo existo". Ai de quem não puder pronunciar essa frase terrível: será condenado à Terceira Humanidade e será, com ela, descartado!

Nós queremos a Paz, não a Guerra! Queremos Paz, sim, mas nunca a Passividade! Queremos conter a metástase da globalização.

Augusto Boal. **Revista Caros Amigos**, n.º 47, fev./2001, p.10 (com adaptacões).

Julgue as seguintes reescrituras quanto à fidedignidade às prescrições gramaticais e às idéias desenvolvidas no texto I.

1 Para o entendimento dos senhores de Davos, urge a recorrência da filosofia e em especial, de Pitágoras, filósofo que distinguiu, primeiramente coisas contáveis e número.

2 Na Antigüidade, os comerciantes eram capazes só de fazer somas e, para isso, era necessário que os animais se apresentassem diante deles, antes de Pitágoras.

3 Pitágoras inovou ao propor que se pensassem os números abstratamente, ou seja, que, por exemplo, se prescindisse, para contar, da presença do que seria contado.

4 Hoje, é adequado parodiar Descartes afirmando que as nações e o indivíduo tem de dizer "Estou no mercado, logo existo". O não pronunciar esta frase equivale à condenação de não integrar-se a Primeira Humanidade e de, junto com ela, sermos marginalizados.

Acerca das idéias desenvolvidas no texto I e de aspectos gramaticais, julgue os itens subseqüentes.

5 No texto, são exemplos de expressões de sentido conotativo, as quais seriam inadequadas para compor um texto técnico: "as aritméticas dos comerciantes desmaiariam" (ℓ.9-10); "Queremos conter a metástase da globalização" (ℓ.42-43).

6 Um dos recursos enfáticos utilizado pelo autor é a sinonímia, como se verifica em "reificando, coisificando os números" (ℓ.20-21).

7 No trecho "porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas" (ℓ.27-28), atenderia às recomendações gramaticais a substituição de "estas" por **essas**.

8 Uma outra forma de parodiar Descartes, sem subverter o sentido original do enunciado destacado nas linhas 37 e 38, é: **Estou no mercado, posto que existo**.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Texto II – itens de 9 a 17

A montanha mágica

No início de 2005, muito ouvimos falar de Davos – um lugar na Suíça onde se reuniram os luminares de todo o mundo para discutir as ansiedades que nos paralisam e as perplexidades que nos mobilizam.

Por coincidência, Davos é também o cenário onde se monta a ação de um famoso romance escrito por Thomas Mann, **A Montanha Mágica**. O romance é de 1924 e descreve a vida de um grupo de personagens doentes que, no princípio do século, se instalaram no Sanatório Berghof, procurando recuperar a saúde.

Um mundo enfermo foi de novo a Davos procurando diagnosticar seus males e ali, em sucessivos e variados seminários, se indagou onde estaria a cura dos males de nossa civilização. Lá estavam Tony Blair, Lula e os presidentes de dezenas de países desimportantes. Lá estavam Bill Gates e os gerentes de agências financiadoras de todo o mundo. Lá estava até Sharon Stone recolhendo US$1 milhão para as desgraças na Tanzânia. Enfim, lá estava uma amostra da sociedade atual, ou melhor, lá estavam os pajés das diversas tribos de nossa sociedade eletrônica tentando exorcizar as doenças da comunidade.

A Montanha Mágica é um romance muito antigo. Mas, sendo antigo, de repente, é atual, por causa da metáfora viva que contém e que os sábios do Fórum Econômico Mundial ressuscitaram. Que mágica se pode fazer na montanha de dinheiro acumulado pelo hipercapitalismo para sanar os males que corroem as vísceras de nossa comunidade? Penso se o mundo não foi sempre um sanatório em Davos.

Affonso Romano de Sant'anna, **Correio Braziliense**, 6/2/2005 (com adaptações).

Com base nas idéias e nos aspectos morfossintáticos do texto II, julgue os seguintes itens.

9 Infere-se do texto que, em Davos, está sendo filmada a adaptação cinematográfica de uma obra literária do início do século passado.

10 Subtende-se, da leitura do primeiro parágrafo, que o autor julga haver vários tipos de ansiedade e que todos eles paralisam o ser humano.

11 Sem comprometer a correção gramatical do texto, as formas verbais "discutir" (ℓ.3) e "instalaram" (ℓ.9) poderiam ser substituídas, respectivamente, por **discutirem** e **instalou**.

12 Nas linhas 13 e 14, na ordem dos elementos coordenados, que atende à hierarquia de riqueza dos países e de importância dos representantes políticos no cenário mundial, o Brasil inclui-se no grupo de "países desimportantes".

13 No texto, o vocábulo "pajés" (ℓ.18), empregado em sentido denotativo, significa **presidentes de países**.

14 A correção gramatical do texto seria mantida caso a conjunção condicional "se" (ℓ.26) fosse substituída por "em que".

Com relação à correção gramatical e à pertinência às idéias desenvolvidas nos textos I e II, julgue os próximos itens.

15 Ao se estabelecer relação entre os textos I e II, é adequado afirmar que a reificação dos números e a abstração dos seres humanos constituem um mal que corroe as vísceras da humanidade.

16 Augusto Boal escreveu a respeito dos problemas da economia mundial e do Fórum Econômico Mundial fazem quatro anos, no entanto o texto desse autor permanece atual.

17 No texto II, o autor ressalta que a questão principal do mundo atual trata-se da enfermidade causada pelo hipercapitalismo. Enfermidade esta que pode ser comparada à dos personagens enfermos do romance de Thomas Mann, publicado em 1924.

Texto III – itens de 18 a 22

A exaltação do *indivíduo*, como representante dos mais elevados valores humanos que esta sociedade produziu, combinada ao achatamento subjetivo sofrido pelos sujeitos sob os apelos monolíticos da sociedade de consumo, produz este estranho fenômeno em que as pessoas, despojadas ou empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultuar a imagem de outras, destacadas pelos meios de comunicação como representantes de dimensões de humanidade que o homem comum não reconhece em si mesmo. Consome-se a imagem espetacularizada de atores, cantores, esportistas e alguns (raros) políticos, em busca do que se perdeu exatamente como efeito da espetacularização da imagem: a dimensão, humana e singular, do que pode vir a ser uma pessoa, a partir do singelo ponto de vista de sua história de vida.

Maria Rita Kehl. **O fetichismo**. *In*: Emir Sader (Org.). **Sete pecados do capital**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

Com base nas idéias e nos aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue os seguintes itens.

18 A autora do texto defende a idéia de que a sociedade de consumo produz indivíduos insensíveis aos mais elevados valores construídos ao longo da história da humanidade.

19 Os meios de comunicação, por intermédio da técnica do espetáculo, transformam em marca registrada de alguns características, valores e modos de viver que são comuns a todos os indivíduos da espécie humana.

20 O destaque dado à palavra "*indivíduo*" (ℓ.1) confere-lhe o sentido de **ser único**, **especial**, distinguível dos demais do grupo, referidos, no texto, como "sujeitos" (ℓ.4) e "pessoas" (ℓ.6).

21 O emprego do pronome "esta" (ℓ.2) tem o efeito de marcar a atualidade do texto.

22 De acordo com as regras sintáticas de construção do período, garante-se a correção gramatical do texto, ao se substituir a oração "em que as pessoas, despojadas ou empobrecidas em sua subjetividade, dedicam-se a cultuar a imagem de outras" (ℓ.5-7) por: **de as pessoas, despojadas ou empobrecidas de sua subjetividade, dedicarem-se a cultuar a imagem de outras**.

Texto IV – itens de 23 a 25

O dinheiro, mercadoria universal por excelência, produz uma nova metafísica da vida humana: alguns salários são *irrecusáveis*. Portanto certas ofertas, partindo de multinacionais capazes de concentrar capital suficiente para efetuá-las, selam o destino da vítima, assim como os desígnios de Deus determinaram o sacrifício do filho de Abraão.

Idem, ibidem.

Considerando as idéias e as estruturas morfossintáticas do texto IV, julgue os itens a seguir.

23 A expressão "mercadoria universal por excelência" (ℓ.1) exerce a mesma função sintática que "*irrecusáveis*" (ℓ.3).

24 A autora do texto vale-se de um aparente paradoxo para apresentar uma reflexão crítica acerca da sociedade capitalista.

25 A referência à passagem bíblica atenua a idéia do domínio que os bens materiais poderiam exercer sobre os seres humanos.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Os itens de 26 a 50 avaliam conhecimentos em língua inglesa.

Since the Constitution of 1988 no major legal constraints limit the control activities of the Brazilian courts of accounts. The range of control areas is widely defined and the control criteria include traditional legal standards as well as modern criteria of efficiency and effectiveness. Despite TCU's historical burden of bureaucratic procedures it is on its way to cut down low intensive control routines and create new space for more intense forms of investigation and audits. The effort of the TCU to modernise control criteria towards efficiency and effectiveness is certainly a hopeful sign for TCU's capacity for innovation. On the other hand, a policy for the detection of fraud, corruption and misuse of public resource could improve results in a field where Brazilian political system seems to depend on occasional denunciations by the press and civil society. Foreign experience proves that identification of high risk areas and fraud indicators can improve the results in this area.

Internet: <http://www.transparency.org/iacc/9th_iacc/papers/day4/ws2/d4ws2_bwspeck.html> (with adaptations).

Based on the text above, judge the following items.

26 The 1988 Constitution has set up the rules which still prevail nowadays.

27 The extent of areas to be controlled is vaguely defined.

28 "criteria" (ℓ.4) is a plural form.

29 TCU is on its way to get rid of its long-lasting bureaucratic past procedure.

30 TCU modernisation trend can be considered a mark of its capability to introduce changes.

31 "misuse" (ℓ.12) means **lack of use**.

32 A plan of action to find out deceitful applications of public resources can better the existing system.

Consider a large university library. Tens of thousands of books, periodicals, and other information resources are available for use. But to access these resources, a categorization scheme must be developed. To navigate this large volume of information, librarians have defined a classification scheme that includes a library of congress classification code, keywords, author names, and other index entries. All enable the user to find the needed resource quickly and easily.

Now, consider a large component repository. Tens of thousands of reusable software components reside in it. But how does a software engineer find the one she needs? To answer this question, another question arises: How do we describe software components in unambiguous, classifiable terms? These are difficult questions, and no definitive answer has yet been developed.

R. S. Pressman. **Software Engineering – A Practitioner's Approach**, 4th edn, New York: The McGraw-Hill Companies Inc. 1997, p. 743 (with adaptations).

From the text above, it can be concluded that

33 a big university library has to deal with quite a lot of reading materials.

34 the reader can lend resources to a library through a classification scheme.

35 to make available the library enormous amount of information, a categorization scheme has been developed.

36 a categorization plan rules out index entries.

37 "that" (ℓ.5) can be correctly replaced by **which**.

38 reusable software components can be stored in a big component depository.

39 "she" (ℓ.11) refers to "software engineer" (ℓ.11).

40 **other** can correctly substitute for "another" (ℓ.12).

41 it was so difficult to access reusable software that only now has an answer been found to solve this problem.

42 "yet" (ℓ.14) can be correctly replaced by **still**.

As part of an anti-corruption campaign, the Brazilian government began to audit the municipal expenditure of federally-transferred funds. Using these audit reports, a unique data set of political corruption was constructed to test whether re-election affects the level of corruption in a municipality. Consistent with a political economy agency model, it was found that mayors who are in their second and final term are significantly more corrupt than first term mayors. In particular, second term mayors on average divert R$ 188,431 more than first term mayors, which is approximately 4 percent of the total amount transferred to municipalities. There is also much more pronounced effect among municipalities where the costs of rent-extraction are lower, and density of pivotal voters is higher. The results also illustrate an important trade-off: second term mayor, while more corrupt, provides a higher level of public goods. As Brazil and other countries continue their decentralization process, these findings promote the need for a better understanding of how local institutions can help reduce the incentives for corruption.

Internet: <http://are.berkeley.edu/~ferraz/corruption_01_26_05.pdf> (with adaptations).

According to the text above, it can be concluded that

43 federally-transferred funds have long been auditing as part of an anti-corruption campaign.

44 "to audit" (ℓ.2) means **to examine thoroughly**.

45 re-election may be a cause of corruption.

46 first term mayors are not so crooked authorities as those in their second term of office.

47 second terms mayors are responsible for 4 percent of misuse of federally transferred funds.

48 "pivotal" (ℓ.14) is the same as **potential**.

49 "trade-off" (ℓ.16) means **a giving up of one thing in return for another**.

50 there is nothing to praise as far as second term mayors are concerned.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PARTE II

A Lei de Responsabilidade Fiscal, embora recente, já se tornou um marco na história das finanças públicas no Brasil. Sendo norma abrangente sobre finanças públicas, promoveu alterações no funcionamento do controle externo e dos tribunais de contas. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

51 Em cada unidade federativa, as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos presidentes dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do chefe do Ministério Público, as quais receberão, separadamente, parecer prévio do respectivo tribunal de contas. No âmbito da União, as contas do Poder Judiciário serão apresentadas pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, consolidando as dos respectivos tribunais.

52 Os tribunais de contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de 60 dias do recebimento, vedado o estabelecimento de prazo diverso nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

53 As contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo poder legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, os quais especificam os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

54 Todos os relatórios demandados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para publicação serão previamente auditados, para que o tribunal de contas a que estiver jurisdicionado o ente público verifique se as normas atinentes estão sendo observadas, em especial as que tratam sobre contabilidade.

O processo orçamentário brasileiro, em especial o do governo federal, vem passando por inovações importantes nos últimos anos, que se reportam a normas com fulcro em dispositivos específicos da própria Constituição Federal. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

55 Os programas de serviços do Estado abrangem as ações de gestão de governo e são compostos de atividades de planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação e diagnóstico de suporte à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas.

56 A Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

57 Os créditos especiais destinam-se a atender às despesas urgentes e imprevisíveis, como ocorre em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Conseqüentemente, não decorrem de planejamento e de orçamento e requerem ações urgentes do poder público.

58 Não compete ao Congresso Nacional a proposição de plano plurianual ou mesmo a alteração do plano vigente. Porém, no seio do Parlamento, a proposta de plano plurianual — encaminhada pelo presidente do Poder Executivo, frise-se — poderá receber emendas, apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), onde recebem parecer, que, após votado na Comissão, é apreciado pelo Congresso Nacional na forma do Regimento Comum.

59 O presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enquanto não for iniciada na CMPOF a votação da parte cuja alteração é proposta.

60 O orçamento-programa pode ser definido como um plano de trabalho que contém um conjunto de ações a realizar e a identificação dos recursos necessários à sua execução. O orçamento-programa não é apenas documento financeiro, mas instrumento de operacionalização das ações do governo, em consonância com planos e diretrizes estabelecidos.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete

61 julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, em 60 dias a contar de seu recebimento.

62 apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

63 prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas casas, ou por quaisquer de seus membros, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Considerando as regras constitucionais e a lei orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os itens que se seguem.

64 Compete ao TCU realizar inspeções e auditorias requeridas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por determinadas comissões do Legislativo federal. Todavia não há imposição expressa para que apresente pronunciamento conclusivo de matéria cuja apreciação lhe foi solicitada por um desses órgãos.

65 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do município será exercida pelo Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno dos poderes Executivo e Legislativo municipais, na forma da lei. Assim, o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

66 A Câmara dos Deputados não detém competência privativa própria no exercício do controle externo.

67 Nos termos da Constituição Federal de 1988, o TCU pode apreciar contas de governo de autarquia territorial e emitir parecer prévio.

68 Considere que, instaurada tomada de contas especial em razão de irregularidades verificadas em obra pública federal, na qual se detectou a existência de dano ao erário, o TCU constatou que toda a documentação comprobatória da despesa fora destruída por violenta e inevitável inundação provocada por eventos naturais. Diante disso, o Tribunal pode, em decisão terminativa, ordenar o trancamento das contas, considerando-as iliquidáveis. Pode, também, julgar o mérito das contas, alguns anos depois, caso estejam presentes os requisitos legais aplicáveis.

69 Nos termos da Lei n.º 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU), o TCU tem jurisdição própria e privativa, em todo o território nacional, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência e, somente por decisão do TCU, as pessoas abrangidas pela jurisdição do Tribunal podem ser liberadas da responsabilidade de prestar-lhe contas.

70 De acordo com as normas infraconstitucionais, o TCU tem competência para julgar as contas dos gestores da administração federal direta e indireta. Mas, em relação às contas de governo da República, o Tribunal deve apenas apreciá-las e emitir parecer prévio, pois cabe ao Congresso Nacional julgá-las com base nos pareceres emitidos pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional de que trata o art. 166 da Constituição Federal.

71 Comprovada fraude a licitação, o TCU deve declarar a inidoneidade do licitante fraudador, que ficará impossibilitado de participar de licitação por até 5 anos. Essa sanção, cuja imposição cabe ao plenário do Tribunal, abrange apenas licitações da administração pública federal.

72 Considere a seguinte situação hipotética.

Em 2004, foram repassados R$ 500 mil em recursos federais a determinado município mediante convênio destinado à reforma de escolas públicas. Na prestação de contas do ajuste, o órgão concedente verificou que houve desvio de valores públicos, mas não instaurou a tomada de contas especial (TCE). Pouco tempo depois, em processo de auditoria realizada pela unidade técnica competente, o TCU determinou que o órgão concedente adotasse as medidas necessárias à reparação do dano ao erário, sem prejuízo de instauração da devida TCE.

Nessa situação, a deliberação do TCU foi acertada, pois, nos termos da Lei n.º 8.443/1992, o TCU não tem competência para instaurar a TCE, mas apenas para determinar a instauração desse procedimento, que deve ser direcionado à apuração dos fatos, à identificação dos responsáveis e à quantificação do dano.

73 Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, mas essa atribuição não se estende às nomeações para cargo de provimento em comissão.

74 Nos termos legais, empresa pública federal e entidade sindical de âmbito municipal têm legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal.

75 Considere a seguinte situação hipotética.

Assegurada a ampla defesa, o TCU julgou irregulares as contas de Bento, imputou-lhe débito no valor de R$ 100 mil e aplicou-lhe multa proporcional ao débito no valor de R$ 10 mil. Pouco tempo depois, Bento, único responsável, faleceu.

Nessa situação, os valores correspondentes à multa não mais deverão ser cobrados, embora a quantia relativa ao débito ainda possa ser cobrada, de modo a se promover o ressarcimento integral do dano.

76 Nos termos da lei, caso determinado responsável não acate decisão do TCU que lhe imputou débito, é possível que o Tribunal promova o ressarcimento do erário por outro meio legítimo, além da cobrança judicial da dívida promovida com o auxílio inicial do Ministério Público junto ao Tribunal.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Julgue os itens a seguir, acerca de finanças públicas e fiscalização orçamentária no âmbito federal.

77 Considere que um professor de direito constitucional tenha afirmado a seus alunos que a lei de diretrizes orçamentárias deve conter a previsão das receitas e a fixação das despesas relativas ao ano seguinte ao da sua edição. Nessa situação, a afirmação do professor é equivocada porque essa lei rege as despesas e as receitas relativas ao próprio ano em que ela é editada.

78 Considere que um jornal tenha noticiado que era vedado ao Congresso Nacional emendar o projeto de lei do orçamento anual por ser esse projeto de iniciativa exclusiva do presidente da República. Nessa situação, a informação veiculada pelo jornal foi equivocada.

79 O plano plurianual é estabelecido mediante lei complementar de iniciativa conjunta dos chefes dos três poderes da União.

80 É atribuição do Congresso Nacional o exercício da fiscalização orçamentária, mediante controle externo, dos órgãos da administração direta federal.

Acerca dos princípios constitucionais relativos ao direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

81 A existência de atos administrativos discricionários constitui uma exceção ao princípio da legalidade, previsto expressamente na Constituição da República.

82 Um professor de direito afirmou a seus alunos que, em virtude do princípio constitucional da irretroatividade, a invalidação de um ato administrativo não atinge efeitos do ato ocorridos anteriormente à data da invalidação. Nessa situação, a afirmação do professor é equivocada.

83 Um jornal noticiou que, de acordo com o princípio constitucional da publicidade, a publicação na imprensa oficial é requisito essencial de validade dos atos administrativos praticados pela administração federal direta. Nessa situação, a afirmação veiculada pelo jornal é correta.

Considerando que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) é uma autarquia federal, julgue os itens a seguir.

84 Considere que a ANATEL pretenda selecionar pessoas para ocuparem cargos de provimento efetivo lotados na autarquia. Nessa situação, a ANATEL deve selecionar tais pessoas mediante procedimento licitatório realizado na modalidade concurso.

85 Ato administrativo que nomeie um cidadão brasileiro para cargo comissionado lotado na ANATEL tem como requisito essencial de validade a sua aprovação pelo TCU.

86 Um edital de licitação emanado da ANATEL constitui ato administrativo normativo, portanto, não é sujeito a revogação.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ex-autarquia federal criada pela Lei n.º 1.628/1952, foi enquadrado como empresa pública federal pela Lei n.º 5.662/1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Texto adaptado do sítio do BNDES.

Considerando o texto acima e as informações nele contidas, julgue os itens seguintes.

87 Embora o BNDES tenha sido instituído mediante lei federal, ele pode ser extinto mediante decreto do presidente da República, independentemente da edição de lei autorizativa.

88 Ao ser transformado em empresa pública, o BNDES deixou de integrar a administração direta e passou a fazer parte da administração federal indireta.

89 Os empregados do BNDES são servidores públicos federais e, portanto, a eles se aplica o regime jurídico estabelecido na Lei n.º 8.112/90.

90 É tecnicamente incorreto qualificar o BNDES como um órgão porque ele é dotado de personalidade jurídica.

Adriano, após ocupar cargo efetivo no TCU durante exatos dez anos, foi demitido por motivo de corrupção.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

91 É requisito de validade da demissão de Adriano a realização de inquérito administrativo voltado à apuração dos fatos relativos à infração disciplinar cometida pelo servidor.

92 É vedado a Adriano ocupar novamente cargo público de provimento efetivo na administração pública federal.

93 A Constituição da República garante a Adriano o direito de receber seguro-desemprego, durante os seis meses seguintes ao ato que determinou a sua demissão.

94 A demissão de Adriano configura rescisão unilateral do contrato de trabalho que ele celebrou com a União mediante a assinatura do termo de posse.

Reinaldo, servidor público ocupante de cargo comissionado no TCU há exatos seis anos, solicitou que lhe fosse concedida licença para tratar de interesses particulares. Seu pedido foi recusado sob o argumento de que essa licença somente pode ser concedida a servidores ocupantes de cargo efetivo.

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens que se seguem.

95 O indeferimento do pedido de Reinaldo foi um ato administrativo vinculado.

96 O argumento utilizado para indeferir o pedido de Reinaldo é juridicamente correto.

97 Do fato de Reinaldo ocupar o mesmo cargo há seis anos não se pode inferir que ele tenha sido aprovado em estágio probatório.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Acerca de licitação e contratos na administração pública federal, julgue os itens a seguir.

98 Em virtude da proteção constitucional do ato jurídico perfeito em matéria administrativa, é vedado à União alterar unilateralmente cláusulas contratuais em contratos administrativos.

99 As sociedades de economia mista e as empresas públicas submetem-se às mesmas regras acerca de procedimento licitatório aplicáveis às autarquias e às fundações públicas.

100 A modalidade licitatória pregão é a forma de leilão aplicável à aquisição de bens que envolvam tecnologia sofisticada ou serviços técnicos especializados.

PARTE III

Com relação aos conceitos de pesquisa e à metodologia da pesquisa científica, julgue os itens a seguir.

101 Pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou obter dados, encontrar soluções ou estabelecer leis, em qualquer área do conhecimento; é uma atividade voltada para a solução de problemas por meio dos processos do método científico.

102 No estudo da metodologia científica, René Descartes defendeu o método filosófico-indutivo, dando início ao pensamento racionalista moderno. Seu método estabelecia quatro elementos fundamentais: evidência, análise, síntese e experimentação.

103 Os objetos de investigação científica determinam o tipo de método a ser empregado: experimental ou racional. Este último é assim denominado porque é aplicável a realidades, fatos ou fenômenos suscetíveis de comprovação experimental.

Com referência à pesquisa bibliográfica, julgue os itens subseqüentes.

104 A pesquisa bibliográfica é a busca de documentos, segundo um plano preestabelecido, que emprega fontes bibliográficas conhecidas e aconselháveis a cada campo do saber humano.

105 Uma das funções da bibliografia é fornecer dados relativos à produção bibliográfica de determinado país ou de um conjunto de países, e informar sobre a atividade intelectual internacional ou nacional, em cada ramo do conhecimento humano.

106 Em bibliografias classificadas como sinaléticas, as referências bibliográficas são acompanhadas de descrição extrínseca e resumo dos documentos a que correspondem.

A ciência da informação nasceu da biblioteconomia, tomando, como objeto de estudo, a informação fornecida pelas bibliotecas públicas, universitárias, especializadas ou por centros de documentação.

A leitura pública e a história do livro foram a matéria dos primeiros estudos realizados por essa ciência. Depois, a informação relativa às ciências, às técnicas e às indústrias sobrepôs-se a esses assuntos, dinamizada pelo advento da tecnologia da informação e pelas necessidades crescentes de informação dos setores científicos, técnicos e industriais e do grande público.

Assim, a ciência da informação constitui-se e fundamenta-se, atualmente, sobre essa base informacional.

Yves-Fançois Le Coadic. **A ciência da informação**. 2.ª ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004, p. 2 (com adaptações).

Acerca da ciência da informação e tendo como referência o texto acima, julgue os itens seguintes.

107 A informação, como objeto da ciência da informação, pode ser gerada ou redescoberta a partir de conhecimentos existentes, de registros informacionais em suportes diversos, ou ainda de estímulos externos, como percepções e sensações.

108 A ciência da informação é interdisciplinar por natureza e orientada à transferência da informação, com marcadas características de ciência social. Ela traz nova contribuição à produção do conhecimento, constituindo-se em novo tipo de ciência, surgida da pós-modernidade.

A respeito de biblioteconomia, arquivologia e museologia, julgue os itens a seguir.

109 A biblioteconomia — como arte de organizar bibliotecas — responde a problemas suscitados pelos acervos de livros, pela própria biblioteca como serviço organizado e pelos leitores, usuários ou clientes.

110 Arquivo, biblioteca e museu, embora tenham como finalidade guardar documentos, têm objetivos diferentes quanto aos tipos documentais de que trata cada instituição. Assim, a biblioteca reúne documentos criados por uma instituição ou pessoa; o arquivo inclui predominantemente materiais impressos; e o museu engloba peças e objetos de valor social.

111 O documento, para a área do direito, diz respeito às relações jurídicas existentes entre indivíduos ou entre estes e o Estado. Nesse contexto, documentos validam atos e fatos de natureza jurídica, por meio da proteção à integridade dos mesmos, e contribuem para preservar a necessária convivência social entre as partes interessadas.

112 Documento digital é uma mensagem representada de modo digital, destinada a ser lida em um monitor de computador. Com essa base, é possível visualizar componentes necessários e essenciais para a sua constituição, como o meio ou o suporte material; o conteúdo, isto é, os fatos que o documento menciona; e a forma, ou seja, as características do documento.

113 O *compact disc* (CD) registra sons em uma seqüência de milhões de pequenos sinais digitais que representam uma série de números codificados. O acesso ao conteúdo é, pois, o resultado de leitura óptica a *laser*, combinada com a reprodução digital, independentemente da técnica utilizada para a gravação original do programa.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Definir informação não é coisa fácil. A velha distinção entre dados, informação e conhecimento é nitidamente imprecisa. A informação é um termo que serve como conexão entre os dados brutos e o conhecimento que se pode, eventualmente, obter.

Durante anos, as pessoas se referiram a dados como informação e agora vêem-se obrigadas a lançar mão do conhecimento para falar sobre informação, surgindo daí a popularidade da administração do conhecimento.

Thomas H. Davenport. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998, p. 18 (com adaptações).

Tendo esse texto apenas como referência inicial, julgue os itens subseqüentes, relativos a conceitos e tipologias da informação.

114 As novas abordagens dos estudos teóricos da informação modificaram drasticamente as formas de lidar com esse tema. Originaram-se novos serviços, que ressaltaram a importância da comunicação dos sistemas com os usuários e destes entre si e chamaram a atenção para os impactos sociais resultantes.

115 O objetivo da informação é a apreensão dos sentidos ou seres em sua realidade, independentemente do conhecimento disponível a respeito deles; e o meio é a transmissão de dados devidamente veiculados em sua estrutura interna.

A respeito do papel do profissional da informação na sociedade e da ética profissional do bibliotecário, julgue os itens que se seguem.

116 Os profissionais da informação têm presença assegurada entre os produtores de conhecimento, no momento em que assumem o papel estratégico de agentes sociais e privilegiam competências sobre o domínio e a rentabilização de fluxos de informação.

117 No futuro, os especialistas da ciência da informação e os profissionais do setor — preocupados com a criação, armazenamento, comunicação e uso da informação — desempenharão papéis mais próximos do livro, do documento e do objeto, e mais distantes da própria informação.

118 O bibliotecário, além de poder prestar serviços de assessoria e consultoria, deve facilitar o acesso à informação disponível em qualquer suporte, gerenciar unidades de informação e disseminar informações, com o objetivo de contribuir para a geração do conhecimento.

119 A ética profissional do bibliotecário o obriga a observar várias normas de conduta, entre as quais se incluem ser leal e solidário com os colegas, relevando erros que possam infringir a ética e as disposições que regem o exercício da profissão.

Aliada ao fenômeno da globalização, uma rede mundial de informações como a Internet tem potencial para modificar a forma como o controle bibliográfico vem sendo operacionalizado. De fato, registros catalográficos dos acervos de grandes bibliotecas já se encontram disponíveis para o público, de forma ampla e gratuita.

Essa explosão informacional torna necessários a organização e o tratamento da informação, para que esta possa ser recuperada. Isso acontece por meio do controle bibliográfico dos registros do conhecimento: catalogação, classificação e indexação.

Bernadete Santos Campello. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1997, p. 9 (com adaptações).

Acerca da representação descritiva, julgue os itens subseqüentes.

120 Em catalogação, na entrada por nomes de pessoas, deve-se incluir ou conservar qualquer título de nobreza ou honorífico, excluindo palavras e frases associadas aos nomes, bem como números romanos, no caso dos nomes de papas e de reis.

121 Em catalogação, na entrada por nomes de pessoas que mudaram de nome, se o autor é conhecido por mais de um nome ou se um mesmo nome variar em extensão, língua, alfabeto ou grafia, a escolha será pelo nome adotado pelo autor.

122 Se o nome de uma entidade apresentar variações de grafia, a escolha da forma de entrada cartográfica deve ser feita na seguinte ordem de preferência: grafia da primeira obra catalogada; grafia predominante e grafia oficial.

123 Na catalogação de regulamentos que regem um único tribunal, desconsiderando a natureza oficial desses documentos, a entrada principal será pelo nome do tribunal, com entradas secundárias para a lei, seguida do título uniforme apropriado, se o regulamento emana de uma lei; ou pelo órgão ou agente que promulgou o regulamento, se não se tratar de cabeçalho principal.

124 Para a entrada principal, na catalogação de fita cassete, disco e outros tipos de gravação de som, são escolhidas as informações registradas em texto. Se as informações não estiverem disponíveis na fonte principal, podem ser retiradas de outras fontes, na seguinte ordem de preferência: contêiner, etiquetas e material adicional constituído de texto.

A classificação decimal universal (CDU) permite expressar, por símbolos, não apenas assuntos simples, mas também relações entre assuntos diversos. Comparada às demais classificações, a CDU é inovadora, pois possui tabelas auxiliares expandidas que completam as tabelas principais, utilizando sinais auxiliares comuns e sinais especiais. Acerca desse tema, julgue as correspondências entre os assuntos e sua ordem de citação-padrão apresentadas nos itens seguintes.

125 Guia das jurisdições dos tribunais, no cálculo das despesas públicas com trabalhadores temporários negros, no Brasil, na década de noventa do século XX:

347.99-057.115:336.512(81=414)”199”(036)

126 Documentos danificados, em língua portuguesa, sobre processos disciplinares de trabalhadores burocráticos, do norte do estado do Rio de Janeiro, em 2002:

347.919.8-057.3”2000”(0.028.3:815.3-17)=134.3

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

127 A história do estudo do latim clássico, pelos estudantes do ensino superior, cidadãos brasilienses do Distrito Federal brasileiro, na primeira década do século XXI:

811.124'02:378.011.32”200”(=1.817.41)(091)

128 Prognósticos sobre o futuro do direito civil, visto pelos políticos brasileiros do século XXI:

347.001.18:32-051”20”(81)

129 Martelo manual de borracha e polimerizado, usado nos tribunais de Portugal, do século XVI ao século XXI:

621.972-036.4/.7:343.19”16/21”(469)

A respeito de indexação, julgue os itens a seguir.

130 Em indexação, os termos revocação e precisão designam, respectivamente, capacidade de recuperar documentos úteis e capacidade de evitar documentos inúteis.

131 Vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados, que inclui, em geral, uma estrutura semântica padronizada, destinada a controlar sinônimos, optando por uma única forma padronizada, com remissivas de todas as outras formas; diferenciar homógrafos; e reunir ou ligar termos cujos significados apresentem relação estreita entre si.

132 Indexação de assuntos é conceitualmente diferente de catalogação de assuntos. A primeira refere-se à representação do conteúdo temático de partes de itens bibliográficos e a segunda visa formar classes de objetos com base em seu conteúdo temático.

133 Indexação de assuntos e redação de resumos são atividades muito relacionadas, pois ambas implicam a preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos. O resumidor redige uma descrição sintética do documento e o indexador emprega termos selecionados de algum tipo de vocabulário controlado.

134 Em indexação, os fatores que influem na qualidade de um resumo são: a extensão do item que está sendo resumido, a complexidade, a diversidade e a acessibilidade do conteúdo temático e o custo da elaboração do resumo.

A necessidade da normalização foi sentida logo que se iniciaram as atividades fabris e, a partir daí, passou a ser uma função essencial em nossa sociedade, que é, basicamente, tecnológica.

Entretanto, o resultado final não foi a simplicidade completa nem a perfeita harmonia. A normalização continua sendo uma desordem quase sem controle, e o número de entidades produtoras de normas continua aumentando.

Bernadete Santos Campello. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. Belo Horizonte: UFMG, 1993. p. 77 (com adaptações).

Acerca de normas técnicas e de elaboração de documentos técnico-científicos, julgue os itens a seguir.

135 O sistema criado no Brasil, conhecido pela sigla SINORTEC, tem como objetivos auxiliar o fluxo de informações tecnológicas básicas — principalmente entre pequenas, médias e microempresas — e servir como fonte para identificação e aquisição de normas por meio da ABNT, INMETRO e IPT.

136 A maioria dos países do mundo possui órgãos que preparam e publicam normas em nível nacional. Geralmente, esses órgãos representam seus países junto à ISO, o que não acontece com os países da Europa filiados ao Comitê Europeu de Normalização (CEN).

137 O suplemento, nos documentos técnico-científicos, é uma publicação de parte de um trabalho. Como tal, mantém exatamente as mesmas características tipográficas e de formatação da obra original, recebendo uma capa com informações que o vinculam ao todo.

138 Na apresentação de documentos técnico-científicos, como monografias, artigos periódicos, dissertações ou teses, os elementos pré-textuais obrigatórios, de acordo com o tipo de documento, são: capa, folha de rosto, folha de aprovação, resumo na língua vernácula e em língua estrangeira e sumário.

139 O exemplo citado abaixo é uma referência bibliográfica de parte de monografia, na qual o autor do todo não é o autor da parte.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.). História dos jovens 2. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. p. 7-16.

140 Na elaboração de referência bibliográfica, quando a entidade tem uma denominação genérica, seu nome é seguido pelo nome do órgão superior ou pelo nome da jurisdição geográfica à qual pertence, na determinação da entrada principal.

141 Resumo crítico é o veículo que informa ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que seja possível, inclusive, dispensar a consulta ao original.

142 O sumário deve ser localizado no início do documento: em publicações periódicas, logo após a página de rosto; e, em documentos de outra natureza, após a página de rosto e antes da dedicatória, dos agradecimentos e da epígrafe.

143 O método normal de abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas consiste em suprimir o final das palavras, substituindo-o por um ponto.

144 Conforme a NBR-6032, as palavras Federal, Judiciário, Manuscrito, Prescrição, Sentença e Tribunal são abreviadas, respectivamente, como segue: fed., jud., Man., Prescr., Sent., Trib.

145 Na preparação de índice de publicações, deve-se fazer remissiva de termos sinônimos para o cabeçalho escolhido, de termos populares para termos científicos ou técnicos, de termos antiquados para os de uso atual e de siglas para o nome completo da organização.

146 Guia é uma obra de referência, periódica ou não, que informa nome, endereço, tamanho da coleção, assuntos cobertos, recursos humanos e outros dados relativos a bibliotecas, centros de informação e documentação.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Com relação à ética e à privacidade dos dados em documentos eletrônicos, julgue os itens seguintes.

147 Algumas instituições utilizam sistemas de gerenciamento de documentos para atualizar manuais de manutenção; outras possuem grandes arquivos institucionais de registros relativos a pessoas, como o da Receita Federal. Para as instituições que lidam com a atualização de manuais de manutenção, o sistema de gerenciamento de documentos é mais essencial aos seus processos operacionais e de funcionamento.

148 O administrador de sistemas é responsável por iniciar as seguintes fases do processo de gerenciamento e publicação de documentos na Internet: habilitar os usuários para que os mesmos possam inserir seus pedidos de busca, mostrar os resultados da busca na forma de listas de ocorrências, selecionar itens das listas de ocorrências e importar os documentos desejados.

149 O acesso à base de dados é um dos aspectos da segurança dos dados. Assim, a definição antecipada de tipos e atributos de documentos é importante para determinar o nível de acesso aos documentos que cada usuário terá na base de dados.

A respeito de serviços de provisão e acesso em tecnologia envolvendo redes de informação, julgue os itens a seguir.

150 Nas redes de telecomunicações, a comutação de pacotes acontece quando o mecanismo de comutação estabelece uma conexão física, partindo do transmissor para o receptor. Nessa situação, para alcançar seu destino, uma chamada pode ser roteada por intermédio de muitas estações.

151 Na arquitetura de redes de comunicação de dados, a rede em barra é aquela em que todos os nós são interligados em base igual. Nesse tipo de rede, os dados são enviados por meio de qualquer nó e a comunicação ocorre em toda a rede.

152 Na transmissão de dados, a transferência eletrônica de fundos, as redes de valor agregado, a transmissão fac-similar, videoconferências e teleconferências, correio eletrônico e intercâmbio eletrônico de dados muito contribuem para a comunicação eficaz da informação.

Estudos sobre usuários são investigações que permitem saber do que os indivíduos precisam em matéria de informação ou se as necessidades de informação por parte dos usuários estão sendo atendidas de maneira adequada.

Por meio desses estudos, verifica-se por que, como e para quais fins os indivíduos usam a informação e quais os fatores que afetam tal uso. Esses estudos são canais de comunicação que se abrem entre a biblioteca e a comunidade à qual ela serve.

Nice Menezes de Figueiredo. **Estudos de uso e usuário da informação**. Brasília: IBICT, 1994, p. 7 (com adaptações).

A respeito de recursos e serviços de informação, julgue os itens subseqüentes.

153 As atividades de um setor de referência ou informação incluem ampla gama de ações, desde o tradicional serviço de referência até a moderna busca de dados *online*. Porém, em relação à variedade de serviços e produtos que podem ser oferecidos, não existem diferenças entre as bibliotecas.

154 As principais demandas feitas ao bibliotecário de referência pela maior parte dos clientes de bibliotecas são orientação e respostas a consultas.

155 Entre as unidades de administração e serviços de uma biblioteca pública, o ponto de serviço caracteriza-se por ser uma unidade independente que recebe e administra suas próprias verbas e contrata seu próprio pessoal, atuando em conjunto com as demais unidades.

156 A organização de um serviço de referência e informação em uma biblioteca pública, voltado para o público infantil, deve conter mecanismos que possibilitem que a gestão e política da biblioteca se sirvam da participação efetiva da criança. A criança deve ser entendida não como um ser isolado, mas integrada em um todo social inseparável de sua condição.

157 Os dados para um diagnóstico preciso da comunidade usuária de uma biblioteca pública são obtidos a partir das características históricas, demográficas, geográficas, educativas, socioeconômicas, de transporte, culturais e informacionais, políticas e legais da região onde se encontra a biblioteca.

158 Para eliminar barreiras existentes entre usuários potenciais e fontes de informação na divulgação dos serviços de informação à comunidade, particularmente durante a implantação desses serviços, basta oferecer explicações sucintas relativas ao serviço, à sua importância e utilidade, ao tipo de informação que é oferecida e ao modo de acessá-la.

Acerca das funções do bibliotecário de referência, julgue os itens que se seguem.

159 Entre os atributos do bibliotecário de referência que influenciam a qualidade do atendimento dos usuários, incluem-se conhecimento do acervo, cultura geral, capacidade e disposição para se comunicar, capacidade para tomar decisões, consciência de suas responsabilidades profissionais, eficiência e experiência no exercício da função.

160 A eficiência do serviço de referência depende da habilidade do bibliotecário em se relacionar com o usuário, identificar as necessidades de informação desse usuário e encontrar e selecionar as respostas adequadas a essas necessidades.

161 Para avaliar o uso de catálogos pelos usuários dos serviços de informação de uma biblioteca, as entrevistas são menos eficientes que os questionários, os quais devem ser aplicados em três momentos — antes, durante e após o uso dos catálogos —, com destaque para as perguntas que devem ser respondidas durante a utilização do catálogo.

162 Atualmente, o significado do conceito de treinamento dos usuários de bibliotecas tornou-se mais restritivo, passando a ser visto como um processo de educação, capaz de desenvolver sua capacidade de uso da biblioteca.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Embora os serviços de referência possam diferir de uma para outra unidade de informação, centro de documentação ou biblioteca, é possível que o processo de atendimento às necessidades específicas de informação continue sendo essencialmente o mesmo.

Denis Grogan. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995, p. 6. (com adaptações).

Com relação ao serviço de referência, julgue os seguintes itens.

163 As linhas de atuação dos serviços de referência, comuns a todas as bibliotecas, incluem, entre outros, a educação do usuário, a comunicação visual da biblioteca, o empréstimo, serviços de alerta e supervisão ao setor.

164 As questões de referência podem ser classificadas em: informacionais (factuais e bibliográficas), instrucionais ou direcionais (orientação ao uso dos recursos da biblioteca, encaminhamento a outras bibliotecas, apoio aos trabalhos de usuários) e questões de pesquisas.

165 O serviço de alerta é uma atividade meio, utilizado para facilitar e dinamizar o acesso e o uso das coleções das bibliotecas, unidades de informação e centros de documentação.

Com relação aos tipos de fontes de informação em ciência e tecnologia, julgue os itens seguintes.

166 As publicações periódicas são fontes de informação primária que apresentam resultados de projetos técnico-científicos elaborados em linguagem concisa. Essas publicações concentram-se no conteúdo, permitindo ao leitor acompanhar o processo que gerou as informações e executar desenvolvimentos a partir dessa leitura.

167 Os filmes e vídeos, considerados fontes de informação secundária, são utilizados cada vez mais nas diversas áreas da ciência e tecnologia, especialmente em atividades relacionadas ao ensino. Não constituem tipo de documento de fácil aquisição, pois, geralmente, não participam do circuito comercial de vendas. Sua divulgação mais evidente se dá por meio de anúncios publicados em revistas especializadas ou por ocasião de feiras e exposições técnicas.

Quanto aos aspectos administrativos e físicos da gestão de sistemas de informação, julgue os itens que se seguem.

168 Administrar unidades de informação envolve observação permanente de tudo o que se passa na área de sua responsabilidade, visão de julgamento para que haja evolução e progresso, decisão para desenvolver os diversos trabalhos, separando, em cada atividade, o que é essencial do que pode ser dispensado.

169 As fases do planejamento interpenetram-se, significando que, embora se sucedam, não podem ser tratadas de maneira estritamente linear, pois há uma dinâmica que faz com que a elaboração do plano já se configure como ação, à medida que repercute na ação propriamente dita, que está sendo elaborada, e na própria realidade em que o plano pretende interferir.

170 São exemplos de investimentos e gastos cobertos por recursos físicos oriundos de receitas: campanhas publicitárias; treinamento e capacitação da equipe; atualização tecnológica e expansão do parque de equipamentos.

171 A unidade de informação deve possuir equipes treinadas e capacitadas, multidisciplinares e polivalentes que contam com profissionais de diferentes aptidões, formações e personalidades.

172 Os sistemas de informação são organizações administrativas e de serviços que têm pouca ou nenhuma interação com o seu meio ambiente, que inclui os ambientes geral, de tarefa e institucional. O seu objetivo social mais relevante é oferecer apoio informacional às atividades dos indivíduos na sociedade e nas instituições às quais estão vinculados.

173 Os passos envolvidos no processo de tomada de decisão em unidades de informação incluem: estabelecimento de objetivos, medição do desempenho para determinar quando os objetivos não foram alcançados (identificação de problemas), seleção do problema a ser resolvido, desenvolvimento de alternativas e implementação da solução.

174 Os suportes de informação diferenciam-se pelas seguintes características: maneira pela qual a informação é encaminhada, tipo de suporte, material no qual as informações são registradas, raio de alcance dos documentos, o alvo e o conteúdo dos documentos, origem e idioma.

175 A circulação de ar, a limpeza periódica da biblioteca, a incidência de luz, a ocorrência de insetos e de microrganismos, assim como encadernação e armazenamento adequados dos materiais que compõem o acervo, devem ser considerados quando se estabelecem medidas de conservação e restauração em unidade de informação.

176 O desenho do novo leiaute de uma unidade de informação deve considerar os critérios de armazenamento das diferentes coleções e a sua distribuição no espaço físico da unidade, as possibilidades de acesso (entradas/saídas), a capacidade de sustentação dos pisos, a altura uniforme do teto, a ventilação, a iluminação natural e artificial, a segurança das coleções contra sinistros e roubos.

177 No planejamento das necessidades físicas das unidades de informação e na preservação de acervos informacionais, a temperatura é o elemento mais importante, portanto, deve ter prioridade.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Acerca da gestão de serviços informacionais, julgue os itens a seguir.

178 A avaliação dos processos que caracterizam os serviços de biblioteca consiste em análise das rotinas, dos recursos, dos produtos das finalidades dos diferentes processos.

179 Análise de recursos humanos é uma subetapa da implementação do processo de diagnóstico em unidades de informação. O objetivo dessa análise é identificar a quantidade de pessoas pertencentes ao quadro da área de informação e seus respectivos cargos, carga horária, formação e atribuições.

180 A análise de uso real é um tipo de método quantitativo de avaliação de acervos. Tem por objetivos identificar os pontos fortes e fracos do acervo, a partir dos padrões atuais de utilização, visando aumentar a relevância do acervo para as necessidades dos usuários, e identificar itens de pouca utilização, de modo que possam ser transferidos para áreas de armazenamento menos acessíveis e menos dispendiosas, ou mesmo descartados do acervo.

181 A relação circulação/inventário corresponde a número de empréstimos que ocorrem em uma classe bibliográfica, durante determinado período de tempo, dividido pelo número de itens dessa classe. Essa relação expressa o grau de concordância entre o acervo e a circulação.

182 A decisão de automatizar uma unidade de informação deve ser executada com base em estudos detalhados sobre a real necessidade de implantação de um sistema computadorizado, a relação custo/benefício desse sistema e o interesse do usuário em utilizar o serviço a ser estabelecido.

183 São etapas do processo de automação em unidades de informação: levantamento das necessidades de automação, prospecção tecnológica, planejamento de ações e definição do padrão tecnológico, organização dos trabalhos, execução e acompanhamento do plano e avaliação dos resultados.

Em suas atividades, o ser humano interage com vários componentes do sistema de trabalho: equipamentos, instrumentos e mobiliários, com os quais forma interfaces sensoriais, energéticas e posturais, e com a organização e o ambiente, com os quais forma interfaces ambientais, cognitivas e organizacionais. O ser humano, com seu organismo, sua mente e sua psique, realiza essas interações de forma sistêmica, cabendo à ergonomia modelar essas interações e buscar formas de adequação para o desempenho confortável, eficiente e seguro, em face das capacidades, limitações e características da pessoa em atividade.

Mario César Vidal. **Introdução à ergonomia**. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2000, p. 4 (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos à ergonomia.

184 Nos ambientes de trabalho onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constante, são sugeridas as seguintes condições de conforto: níveis de ruído de acordo com o estabelecido na NBR 10152, norma brasileira registrada no INMETRO, temperatura uniforme e umidade relativa do ar inferior a 40%.

185 O uso adequado de equipamentos de processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo requer cuidados com posicionamento em superfícies de trabalho com altura ajustável e mobilidade suficiente para permitir o ajuste da tela à iluminação do ambiente, protegendo-a contra reflexos e garantindo ângulos corretos para a visibilidade do usuário.

A respeito de políticas, processos de seleção e aquisição de coleções, julgue os itens subseqüentes.

186 Os critérios de seleção de materiais de informação visam garantir a coerência do acervo no transcorrer do tempo. Autoridade, precisão, imparcialidade e conveniência são critérios de seleção que abordam a adequação ao usuário. Atualidade, cobertura/tratamento, idioma, relevância/interesse e estilo são critérios que abordam o conteúdo dos documentos. Características físicas, aspectos especiais, contribuição potencial e custo estão relacionados a critérios que abordam aspectos adicionais do documento.

187 A organização do processo de seleção implica definir a política de seleção, os responsáveis pela tomada de decisão e os mecanismos para identificação e registro dos itens a serem selecionados.

188 As doações ocupam lugar de destaque no serviço de aquisição, principalmente devido à inconstância de verbas, situação com a qual as bibliotecas brasileiras costumam conviver. Há duas categorias de doação, denominadas doações solicitadas e doações espontâneas.

Considerando os requisitos do *marketing* aplicado a sistemas de informação, julgue o item abaixo.

189 O *marketing*, em sistemas de informação, necessita de planejamento, comunicação, treinamento para o atendimento e gerência efetiva, entre outros requisitos. Para que seja efetivo, o trabalho de *marketing* requer mudança de comportamento e empenho dos profissionais da informação para que o usuário adquira confiança na qualidade dos serviços prestados e melhore a imagem do setor de informação.

Julgue o item subseqüente, acerca dos tipos de atos publicados no Diário Oficial da União (DOU).

190 Atos de interesse dos servidores da administração pública federal são tipos de atos publicados na Seção III do DOU.

Determinada autarquia instituída por estado-membro da Federação promoveu, no segundo semestre de 2004, uma concorrência do tipo menor preço para a contratação de serviço. Após a assinatura do contrato, a empresa X, vencedora do certame licitatório, foi acusada de haver se utilizado de documentação falsa para, na fase de habilitação, comprovar sua regularidade fiscal perante a fazenda municipal. A empresa Y, segunda colocada na concorrência, encaminhou representação ao tribunal de contas do estado relatando o fato.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os itens seguintes.

191 A subordinação da concorrência mencionada ao regime da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) decorre de disposição estabelecida na Constituição Federal, uma vez que a referida lei não dispõe expressamente acerca de sua aplicabilidade às licitações promovidas pelas autarquias estaduais.

192 A concorrência em questão é, segundo a lei, uma modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto licitado, devidamente cadastrados, que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

193 O tribunal de contas do estado deve reconhecer a legitimidade da representante, visto que, segundo disposto na Lei de Licitações e Contratos, qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica pode representar ao tribunal de contas contra irregularidades na aplicação dessa lei.

194 Caso fique comprovada a ocorrência da fraude, a licitação deve ser revogada e o contrato deve ser rescindido, uma vez que qualquer irregularidade no procedimento licitatório contamina o contrato dele resultante.

195 Se ficar comprovada a ocorrência da fraude, a empresa X deve ser denunciada pela prática de infração penal, pois a Lei de Licitações e Contratos estabelece que constitui crime frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório.

Situação hipotética – itens de 196 a 200

Em trabalho de auditoria empreendido pelo Tribunal de Contas da União em determinada prefeitura municipal, com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos federais transferidos ao município, foram verificadas as seguintes ocorrências.

I No início do mês de julho de 2004, a prefeitura realizou um convite, cujo objeto era a construção de uma escola de ensino fundamental no município, com duas salas de aula.

II Quinze dias depois, a prefeitura realizou outro convite, que tinha por objeto a construção de outra escola de ensino fundamental, no mesmo município e na mesma época, com duas salas de aula.

III A soma dos dois convites ultrapassou o valor mínimo exigido para a adoção da modalidade tomada de preços, sendo inferior ao piso fixado para concorrência.

IV No mesmo mês, a prefeitura realizou outra licitação, tendo por objeto a aquisição de móveis para ambas as escolas.

V Nas três licitações foram convidadas as mesmas três empresas, sendo que apenas uma compareceu e apresentou propostas e foi considerada vencedora dos certames, sem qualquer justificativa.

VI Em decorrência das licitações das obras mencionadas no item I, foi assinado um contrato cujo objeto era a construção de uma escola de ensino fundamental com três salas de aula.

Diante da situação hipotética anteriormente descrita, julgue os itens que se seguem.

196 Configura irregularidade conhecida como fracionamento de despesa, a realização dos dois convites para a contratação de obras das escolas, conforme descrito em I e II, que poderiam ser realizadas conjunta e concomitantemente, já que o somatório de seus valores caracteriza caso de tomada de preços.

197 A ocorrência descrita em IV, configurada pela divisão da contratação em parcelas, caracteriza a irregularidade conhecida como parcelamento do objeto, proibida pela Lei de Licitações e Contratos, ainda que tenha por objetivo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado ou a ampliação da competitividade.

198 O fato descrito em V contraria disposição expressa na Lei de Licitações e Contratos, que exige a devida justificativa para a contratação ou a repetição do convite, quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível obtenção do número mínimo de licitantes exigidos pela lei para essa modalidade licitatória.

199 A assinatura de contrato cujo objeto amplia o previsto na carta-convite, conforme descrito em VI, constitui afronta a princípios licitatórios previstos em lei, notadamente o princípio da igualdade entre os licitantes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além do princípio da obrigatoriedade de licitar.

200 É correto conceituar genericamente licitação como sendo um procedimento administrativo formal em que a administração pública, mediante condições estabelecidas em ato próprio, convoca interessados na apresentação de propostas para o fornecimento de bens e(ou) serviços, que se destina, conforme previsto em lei, a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

É permitida a reprodução apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.